

DESIGUALDADES SOCIAIS E INVISIBILIDADE DE CLASSE: PROJETOS SOCIAIS E A CRIANÇA COMO “PROBLEMA SOCIAL”

Luís Eduardo Cunha Thomassim
Fernando Jaime González
Maitê Venuto de Freitas

RESUMO

Este trabalho utiliza dados de um estudo em andamento sobre a participação das crianças das classes populares em projetos sociais esportivos. Procura-se colocar em perspectiva alguns componentes do discurso que, ao tratar o tema da infância sempre associado a situações problemáticas (meninos de rua, vítimas de violência, trabalho infantil, etc), acaba por projetar uma imagem pública da criança pobre como problema social. A incorporação desta imagem na pesquisa social, através da reiteração destas abordagens, oferece o risco de invisibilizar as desigualdades sociais e, simultaneamente, de ignorar as experiências culturais vividas pelas crianças das classes populares.

ABSTRACT

This work uses two data of an ongoing ethnographic study about the participation of children of popular classes in sportive social projects. I try to put on perspective some components of the speech that, dealing with the issue of childhood always associated with problematic situations (homeless children, violence victims, child labour, etc), ends up projecting a public image of poor children as a social problem. The incorporation of this image in the social research, through repetition of these approaches, offers the risk of making the social inequalities invisible and at the same time ignoring the cultural experiences lived by children of popular classes.

Resumen

Este trabajo utiliza datos de un estudio etnográfico en curso sobre la participación de los niños de las clases populares en proyectos sociales deportivos. Se procura colocar en perspectiva algunos componentes del discurso que, al tratar el tema de la infancia esta siempre asociado a situaciones problemáticas (niños de la calle, víctimas de violencia, trabajo infantil, etc), acaba por proyectar una imagen pública del niño pobre como problema social. La Incorporación de esta imagen en la perspectiva social, a través de la reiteración de estas abordajes, ofrece el riesgo de invisibilizar las desigualdades sociales y, simultáneamente, de ignorar las experiencias culturales vividas por los niños de las clases populares.

Este trabalho pretende compartilhar questões teóricas e metodológicas de uma pesquisa em andamento cujo tema é a participação de crianças em projetos sociais de esporte e lazer destinados as populações da periferia urbana. Sobre este assunto existem tantos e diversos discursos quantos são os exemplos de ações sociais deste tipo. Pelo menos analiticamente, entendemos que é possível identificar um campo de disputa

social e acadêmico polarizado pelas posições apologistas e críticas destas práticas. Uma visão dominante associa o envolvimento em atividades esportivas e culturais, especialmente entre crianças e adolescentes pobres, com um conjunto de resultados "positivos"; de outro lado, a visão crítica, que vê tais projetos como estando marcados por aspectos essencialmente "negativos".

O discurso marcado pela positividade é estruturado em torno de algumas idéias-chave que ajudam a localizar o cenário macrossocial no qual se desenvolvem estas iniciativas. Uma dessas idéias-chave diz respeito a *legitimar o esporte* a partir de seu modelo olímpico, atribuindo-lhe uma lista de pretensos benefícios sociais: à saúde, à paz, à educação, à integração, etc.. Outra idéia hegemônica refere-se aos projetos sociais como um *padrão de ação emergente* das políticas sociais, expressando uma forma eficaz de enfrentar a pobreza e demais problemas sociais através da *unidade de todos os setores e classes* em torno de objetivos comuns. Este discurso é expressão, de um lado, de um crescente deslocamento da expectativa de integração social via mecanismos de mercado, transferindo para a sociedade a responsabilidade de construir alternativas de inserção dos jovens pobres. De outro lado, este discurso também expressa uma relação crescente entre o Estado e as organizações da sociedade civil. Palavras como *parcerias, voluntariado, responsabilidade social* passam a compor o vocabulário dominante no campo das políticas sociais. Através do conceito de terceiro setor, sustenta-se uma perspectiva que concebe as atividades ('sociais') desenvolvidas pela sociedade civil como um todo orgânico, relativamente homogêneo, dirigido ao mesmo fim: o bem comum, a participação cidadã, alinhando num *mesmo rumo* iniciativas com origens em campos sociais distintos: movimentos sociais e governos, empresários e trabalhadores, esquerda e direita.

Em contraposição a esta perspectiva, que ocupa uma posição dominante em termos das representações sobre os projetos sociais, uma segunda visão vem se cristalizando, a qual identifica tais projetos como marcados por aspectos que produzem um prejuízo social e reforçam relações de poder, particularmente através da transferência de responsabilidades estatais para a sociedade civil. Assinalando uma aparente contradição ao fato das políticas de esporte ganharem tanta ênfase, salienta-se o papel desse formato de política social na dimensão da educação política da população sob a hegemonia de um projeto, denominado por alguns autores, de *sociabilidade neoliberal*. Denuncia-se a tentativa de despolitizar o acesso a direitos sociais como parte dessa estratégia educativa. Aponta-se a reestruturação neoliberal do mercado e do Estado como fragmentadoras do social e concentradora da riqueza, considerando-se que daí decorre formas de viabilizar as políticas sociais onde o bem-estar pertence ao âmbito do privado. Nesta perspectiva crítica, os projetos sociais servem ao *folclore* de destacar as pequenas soluções, enfatizando o seu sentido caseiro, através das parcerias locais, da responsabilidade social das empresas e do trabalho voluntário e solidário de indivíduos. Servem, acima de tudo, ao reforço de uma estratégia dirigida às políticas sociais cujas parcerias entre o Estado e sociedade ocupam papel substitutivo e não complementar às atribuições estatais. A funcionalidade dos projetos sociais ao projeto neoliberal estaria justamente nestes aspectos: sua condição de ação fragmentada, procurando conter a exclusão como consequência inevitável da dinâmica social, e em sua cumplicidade pragmática em torno do novo papel do Estado e sua relação com ele.

Apesar de contrapostas, as posições que descrevemos encontram-se marcadas por uma lógica semelhante: uma ausência de diálogo com o chamado "público alvo" que acaba por reproduzir, em certa medida, um preconceito em relação aos pobres, lhes roubando sua condição de sujeito e até sua humanidade.

Assim, na referida pesquisa, procuramos defender a importância analítica de compreender os sentidos dos projetos sociais não apenas a partir das intencionalidades de seus gestores ou através dos discursos que buscam legitimá-los ou criticá-los, mas também a partir das ações e representações das crianças e adolescentes que os frequentam. Esta posição parte do pressuposto de que tais projetos assumem sentidos a partir do espaço de relações no qual se realizam. Neste espaço, as crianças e adolescentes, entre outros atores, ocupam uma posição importante. Neste sentido, em nossa pesquisa, ao propormos como tema da pesquisa a participação das crianças nos projetos sociais, temos privilegiado como informantes aqueles que normalmente são vistos como objeto das políticas.

O objetivo deste texto, considerando o que já expressamos, é discutir alguns dos processos sociais, políticos e acadêmicos que tendem a reforçar a invisibilidade destes sujeitos. Especificamente, nossa análise se dedica a apontar alguns componentes dos discursos sobre a criança pobre, tentando compreender, com o auxílio da bibliografia das ciências sociais, a construção e reprodução de uma imagem pública da criança pobre sempre associada a *situações problemáticas*. Com essa reflexão, pretendemos chamar atenção para a incorporação desta imagem na pesquisa social através dos recortes empíricos das pesquisas sobre crianças.

A criança pobre como problema social

A idéia de que a situação da criança pobre no Brasil constitui-se “numa questão social” parece estar naturalizada. Segundo o sentido formulado por Castel (1998), uma questão social é uma questão que incomoda a sociedade, que a preocupa ou a questiona. Numa formação social estruturalmente desigual, a desigualdade em si não é tomada como uma “questão” pela sociedade¹. Mas sobre a condição das crianças, esse status foi recentemente construído, já que, em grande parte do século XX, o tratamento da criança como questão da sociedade – ou de Estado – era residual, tendo permanecido por muito tempo como uma questão do âmbito doméstico da família².

Nos anos 90, o esforço de pesquisadores sobre a criança pobre no Brasil foi dirigido a compreender de que se trata então “o problema social” da criança no Brasil. Os autores indicaram que essa condição de problema social, que produzia sensibilidades e incômodos na “opinião pública”, estava associada à figura do menino de rua, como símbolo do problema da pobreza (RIZZINI et al, 1999). As causas que participaram da produção dessa imagem-símbolo remetem tanto ao desconhecimento da vida real das crianças que usavam as ruas como espaço de lazer, sobrevivência e moradia (ROSEMBERG, 1995) e de como se configuravam as relações das famílias de origem dessas crianças (FONSECA, 1999a e 2002).

Remetem também, segundo Fúlvia Rosemberg (1995 e 2006), às descrições colonizadoras do norte civilizado sobre o sul subdesenvolvido. A este respeito, a autora apresenta dados de pesquisa referente às crianças na rua em São Paulo e nos mostra como as cifras sobre crianças vivendo nas ruas foram, absurdamente, superestimadas tanto em discursos de governantes norte-americanos como de dirigentes de organismos de cooperação internacional. Sem nenhuma base empírica, em alguns casos os discursos

¹ Pastorini (2004) discute criticamente a categoria “questão social”, indicando que sua conotação de apresentação do novo, em oposição ao antigo, faz perder de vista o processo histórico.

² Rosemberg (1995) mostra que, no Brasil, os primeiros discursos públicos preocupados com a criança pobres (nas ruas) surgem no fim do século XIX. Mas a elevação da questão da criança pode ser associada aos relatórios do Unicef sobre a América Latina e o Brasil, com dados de uma estimativa indireta sobre crianças de rua, no início dos anos 80 do século XX.

estimavam que o número de crianças “abandonadas” chegava à casa dos milhões. Além do claro interesse colonialista que os motivavam, tais discursos ajudaram a dar a sensação de que o problema era crescente.

A promulgação do ECA³, em 1990, e a instalação e atuação de conselhos de direitos (em níveis municipal, estadual e nacional) e de conselhos tutelares nos municípios, demarcam uma nova abordagem sobre a questão da criança pobre. Sua visibilidade como temática distingue-se da existente nas décadas anteriores, onde o Código de Menores e o Juizado de Menores simbolizam um pouco deste passado. Enquanto para estes últimos a concepção de criança implicava a idéia de *mini-adulto*, o ECA estabelece o conceito de “pessoa em condição peculiar de desenvolvimento” (artigo 6º). Essa nova configuração jurídica da *questão do menor* envolveu a separação da condição de *criança em conflito com a lei* (conceito jurídico que substituiu a noção de *menor infrator*) e de criança *carente* ou *em situação de risco social*, “acabando com a associação mecânica entre pobreza, marginalidade em relação à escola, e infração” (Zaluar, 1994, p. 153). Fundamentando uma nova abordagem à temática, a “doutrina da proteção integral” do ECA (artigo 3º) substituiu a legislação anterior, do Código de Menores, “rompendo com a doutrina da situação irregular” que enquadrava as crianças pobres, nas ruas, ou abandonadas (Graciani, 1997, p. 304).

Esse processo contribuiu para ampliar socialmente a repercussão e a sensibilidade aos problemas da exploração do trabalho infantil, do abuso e da exploração sexual, da mendicância e abandono familiar, da evasão e repetência escolar. No entanto, de uma condição de criminalização da infância pobre, passa a se firmar vigorosamente na sociedade brasileira uma visão de vitimização dessa infância, que continua a recorrer, especialmente, da imagem dos meninos e meninas de rua. Diante desta constatação, Rizzini et al questiona se “esta imagem não vem justamente a distorcer o verdadeiro problema na medida que focaliza apenas aqueles que são mais visíveis e incomodam mais”. Complementando ainda com o fato de que existem “milhões de crianças cujas condições subumanas de vida constituem o exemplo mais flagrante da pobreza e descaso por parte do país, a maior parte das quais vive com as famílias” (RIZZINI et al, 1999, p. 128).

Fonseca (1995) aponta que essa vitimização, centrada na idéia de abandono das crianças pelos pais, gerou outro estigma sobre as famílias pobres, no sentido de que não são capazes de proteger as crianças por conta de uma “desestruturação familiar” ou até de uma falta de “sensibilidades maternas e paternas” nas classes populares.

Sinteticamente, é possível apontar algumas repercussões em alguns campos sociais, que podem ser entendidas como heranças dessa abordagem. São elas: 1) no âmbito das relações sociais: a incorporação da noção de que o pobre é a causa de problemas sociais (e não a pobreza); 2) na esfera do Estado: a opção por políticas públicas focalistas, ao invés de universalizantes; 3) no meio acadêmico: uma produção de conhecimentos, nas ciências sociais, sobre a vida das crianças pobres que recorre, freqüentemente, à imagem da criança que vive “situações problemáticas”.

“O pobre como causa de problemas sociais”: uma representação disseminada na sociedade

³ Estatuto da Criança e Adolescente: Lei Federal 8.069/1990.

Segundo Rosenberg (2006), no texto “Criança pequena e desigualdade social no Brasil”, os olhares do norte⁴ sobre o sul sempre explicaram a pobreza da América Latina “por meio de causas sob responsabilidade da própria pobreza” (p. 77). “Desorganização familiar”, “abandono escolar”, “negligência materna”, “número de filhos” comporiam um círculo vicioso de reprodução da pobreza.

Algumas orientações sobre as políticas sociais para a infância servem de exemplo de como a criança pobre é tomada como problema demográfico. Enquanto o Banco Mundial atribui às taxas de natalidade peso importante na produção da pobreza (World Bank, apud ROSEMBERG, 2006), são interessantes os dados de Medeiros (2003, p. 11) a este respeito, onde explica que, caso “não houvesse no Brasil um filho sequer de até cinco anos de idade, o número de pobres (e da população como um todo) diminuiria, mas sua proporção cairia apenas um ponto percentual”. Mesmo assim, segundo Fonseca (1999a), a taxa de natalidade tem caído muito nos últimos anos, sendo possível afirmar, “com um mínimo de pesquisa”, que “os ‘pobres’ têm se mostrado sensíveis às campanhas natalistas levadas por inúmeras organizações nas últimas décadas sem, no entanto, ter surtido grande efeito quanto ao nível socioeconômico deles” (p. 256).

No âmbito das relações cotidianas, inter e intra-classes, somam-se ainda aqui os elementos reais e imaginários da vida social que assombram a população. A mendicância e o crime, cada um ao seu modo, geram pânico e comoção particularmente intensos quando da presença direta da criança.

Neste contexto, uma visão dissemina-se na sociedade e em suas instituições, sugerindo que são necessárias campanhas educativas ou conscientizadoras, que ajudem as pessoas a mudar suas vidas, construir outros valores, hábitos e visões. Com base de adesões bastante eclética - de religiosos a ateus, de humanistas a conservadores, da direita a esquerda - esse discurso, que mobiliza inúmeros atores ao trabalho social, flerta com a esperança e o apelo a imagem do “bom pobre”, ou, como já foi nomeado, o “pobre com vergonha” ou o “pobre merecedor”. Ao sugerir que a vida das pessoas pode mudar se mudarem seus valores e sua visão de mundo acaba-se sugerindo também que são estes valores e esta visão de mundo os fatores que determinam a condição em que se encontram. Seja por interesse ou ingenuidade, trata-se de “culpar a vítima” e responsabilizar o pobre pela pobreza.

Políticas públicas focalistas

A dramatização do problema da criança pobre, associando-o ao abandono e superestimando numericamente sua dimensão, foi um dos elementos que ajudaram a avolumar os projetos sociais e as próprias instituições que os desenvolvem. Segundo Rosenberg (2006, p. 50), se, por um lado, o norte, ou “as organizações não-governamentais e multilaterais interpretam o Brasil e sua infância a partir de seus próprios parâmetros, interesses, língua e fontes”, e ainda não raro propõem e impõem soluções; por outro, “tais soluções, por vezes, são incorporadas pelo próprio sul, que se narra segundo a ótica do norte”.

Mas já vem de alguns anos a crítica de que este foco nos meninos de rua, assim como os projetos destinados a eles, além de atingir uma parcela pequena da população de crianças pobres, acaba por não produzir efeitos concretos nem mesmo sobre estes.

⁴ Refere-se tanto a agências de financiamento, como o Banco Mundial, o UNICEF, como a imprensa, além de pesquisadores, como antropóloga norte-americana Scheper-Hughes, que apontou a “negligência materna” como causa da morte prematura de crianças, na Zona da Mata em Pernambuco.

Assim, coloca-se que “a grande preocupação demonstrada globalmente” com a criança pobre não fundamenta-se em observações objetivas da realidade destas, nem repercute em “campanhas eficazes que revertam em benefício real das crianças e de suas famílias”, parecendo “existir, em certas situações, uma razão invertida entre o volume de retórica e a eficácia das políticas” (FONSECA, 1999a, p. 268).

Em artigo com outros autores, a pesquisadora Irene Rizzini, nome de proa da produção sobre a criança no Brasil, com base nos direitos que se afirmaram na legislação brasileira, arriscou apontar uma tendência de alteração no enfoque das políticas, no sentido de “ampliar o escopo de ação para incorporar as crianças que ainda não estão vivendo ou trabalhando nas ruas” (RIZZINI et al, 1999, p. 131). Neste artigo, os autores defendem uma mudança de foco das crianças de rua para todas as crianças.

Ora, no bojo da “questão social da criança” - e da sensibilidade nacional que dela decorre - poderia mesmo se esperar que estivesse no horizonte das políticas sociais universalizarem conquistas sociais. Por exemplo, além de programas específicos de atendimento focalizado de casos mais visíveis e emergentes, exigiram-se políticas públicas acessíveis àquela infância que ainda não está nas ruas, porque vive a pobreza no bairro e na família. No entanto, a tendência não tem sido aquela esperada por Rizzini. Assim, ao afastarem-se do rumo da universalização de direitos sociais - porque isso implicaria um Estado não subordinado ao mercado - a resposta no âmbito das políticas sociais tem sido fomentar ações focalizadas.

Ao contrário da alteração que propunha Rizzini et al - de crianças de rua para todas as crianças - a definição das populações atendidas nos programas sociais tem agora passado pelas caracterizações das situações de “risco social” e de “vulnerabilidade social”. As políticas sociais focalizadas, ao contrário de terem caráter emergencial ou extraordinário, atuam a partir da lógica de transformar categorias descritivas (meninos de rua, situação de risco, vulnerabilidade) em categorias explicativas dos problemas sociais (ROSEMBERG, 1995). Esta lógica que distorce a compreensão de problemas sociais é ainda, frequentemente, estigmatizadora das populações que busca atender.

Produção de conhecimento a partir da imagem da criança que vive “situações sociais problemáticas”

A abordagem acadêmica do tema da infância parece sofrer também o impacto desse olhar que, ao chamar atenção para situações dramáticas vividas por certos grupos de crianças, acaba por tomar tais situações isoladas das relações, dos processos e das dinâmicas sociais e históricas que as possibilitam existirem.

Facilmente constatamos um volume de pesquisas com crianças pobres cujos temas e recortes empíricos com frequência remetem ao que estamos chamando de “situações problemáticas”. Não se trata de levantamento quantitativo sobre este tipo de pesquisa e, portanto, não temos a pretensão de insinuar um “estado da arte” sobre o tema. Trata-se de uma consideração mais pontual, no sentido de destacar a reiteração das situações nas quais as crianças pobres são objetos de estudo, sendo estas capturadas pelos seguintes enunciados: meninos e meninas em situação de rua, exploração do trabalho infantil, envolvimento com tráfico e crime organizado, crianças abrigadas e crianças atendidas por programas de “inclusão social”.

Essas pesquisas⁵ vêm buscando compreender as situações problemáticas nas quais as crianças estão envolvidas e, obviamente, vêm apontando caminhos importantes de superação destas (RIZZINI et al, 1999). Mais do que isso, muitos trabalhos têm se proposto a olhar para essas experiências das crianças relacionalmente, trazendo elementos de outros contextos nos quais a criança vive, para melhor compreender a situação em foco. Outros invertem a ótica, dando mais voz às representações das crianças sobre o contexto, do que o denunciando.

No entanto, chamamos a atenção para a ausência de estudos que tomem a vida da criança pobre a partir de um recorte não previamente situado numa condição problemática. São estudos em que a condição de pobre da criança (ou sua condição de classe) quase não aparece como um recorte em si, mas sempre colada a outras categorias que, nestes casos, acentuam a sua notabilidade pública como um problema social⁶.

Sendo esta também uma herança de como a questão social da criança se apresenta, ou ainda, da “descoberta da infância” no Brasil (FONSECA, 1999a), é necessário reconhecer que outros fatores, além das sensibilidades e incômodos sociais, também “empurram” pesquisadores para esta perspectiva, como os financiamentos de organismos nacionais e internacionais, além da necessidade de instituições, governos e sociedade, de avaliar resultados de políticas e investimentos públicos.

O fato é que essa situação reforça a impressão de Brandão (2002) e de Clarice Cohn (2005) quando referem-se aos limites da pesquisa antropológica com crianças: “a principal razão parece ser justamente a dificuldade em reconhecer na criança um objeto legítimo de estudo. Afinal, (...) [ainda] pensa-se nelas como seres incompletos a serem formados e socializados” (COHN, 2005, p. 10). Reforça também a necessidade de diferenciar o *problema social da criança* do *problema sociológico* da infância: segundo Martins (1993), o *problema sociológico* inclui os *problemas da criança*, porém não se encerra neles, mas situa-os como resultado de um processo que ocorre na periferia do mundo moderno, entendido como a supressão da infância.

A legitimação dos objetos de estudo das pesquisas, então, pelas razões e sensibilidades sobre o que seja mais aceitável ou inaceitável socialmente para as crianças pobres, corre o risco de cair em lógicas apontadas, provocativamente, por certos autores, como por exemplo: trabalho infantil = inaceitável, salários indignos aos pais e vida miserável na família = aceitável (FONSECA, 1999; ROSEMBERG, 1995; MARTINS, 1993).

Por outro lado, além do problema de legitimação da criança como objeto de estudo, a partir de uma leitura das pesquisas antropológicas de Fonseca (2000), Magnani (1997), Zaluar (2000) - todos clássicos sobre a vida em meios populares urbanos⁷ - é possível estender a constatação de Carlos Rodrigues Brandão de que, “a maneira como as comunidades pobres vivem e avaliam seu cotidiano vem sendo limitada quase sempre ao ponto de vista dos adultos” (BRANDÃO, 2002, p. 202).

Assim, a “questão social” da criança pobre no Brasil apresenta-se num terreno onde se disputam representações que oscilam – de um extremo a outro entre

⁵ Referimo-nos a pesquisas desenvolvidas com ou sobre crianças pobres do meio urbano. Também não estão incluídas, nesta leitura, pesquisas com crianças cuja centralidade seja a escola, a aprendizagem ou outras as relações contextualizadas nela.

⁶ Algumas exceções encontram-se no livro *Desigualdade social e diversidade cultural na infância e na juventude*, organizado por Marcos Cezar Freitas (2006).

⁷ Além destes, tomo por base também os trabalhos publicados na obra *Etnografias da participação* (FONSECA & BRITES, 2006).

sensibilidades que hipervalorizam e *atomizam* “o problema social da criança pobre” e sentimentos de inconveniência e mal-estar que propõem “a criança pobre como problema social”. Sob a aparência de que predomina uma visão de prioridade e de consenso em torno de certa questão social - supostamente bem identificada e capaz de unificar e mobilizar variados atores sociais, a pesquisa social depara-se com várias armadilhas no sentido de apoiar-se em discursos e imagens idealizadas ou estereotipadas sobre a vida da criança pobre.

Considerações finais: crianças em projetos sociais e abordagem metodológica

Procuramos defender uma perspectiva metodológica para o tratamento analítico dos projetos sociais esportivos que passe a abordar as crianças e adolescentes não mais como "objetos", mas como "sujeitos" que, em maior ou menor grau, participam da definição do sentido assumido por estes projetos.

Ou seja, mesmo sem reduzir tal sentido às representações das crianças e adolescentes, estas são atores-chave se quisermos compreender por que os projetos esportivos, na prática, assumem determinados sentidos e produzem determinados resultados que se afastam, às vezes radicalmente, dos objetivos estabelecidos por aqueles que os propuseram. Nessa perspectiva, a análise dos discursos hegemônicos sobre o esporte e sobre projetos sociais não informa necessariamente o sentido que tais iniciativas ocupam em contextos particulares, onde muitas vezes os atores sociais ressignificam certas práticas sociais, atribuindo-lhes sentidos diferentes daqueles pretendidos oficialmente ou contidos nas intencionalidades dos atores da *grande política*.

Assim, ao invés de uma análise presa aos argumentos e razões políticas das ações dos sujeitos - ou às “diferentes formações discursivas institucionalizadas a que os atores estão expostos”, como refere Magnani (1997, p.140) –, entendemos que um olhar sensível aos sentidos e significados que se estabelecem nas relações sociais possibilita dialogar com as inter-determinações entre discursos e práticas sociais, entre projetos coletivos e projetos de vida, entre situação social e experiência de vida.

Na perspectiva deste trabalho, o sentido dos projetos sociais é um "objeto" em construção e em disputa. E aquelas representações e práticas das crianças e adolescentes, que muitas vezes são apreendidas como simples manifestações de rebeldia, irracionalidade, ignorância, ingratidão e/ou descaso, passam a ser posições que participam, dentro dos limites estabelecidos pelas relações de poder no âmbito dos projetos, daquela construção e daquela disputa. A própria adesão ou a in-freqüência destas crianças e adolescentes nos projetos nos quais são inscritos e/ou se inscrevem passam a significar mais do que resultados atingidos ou frustrados nas metas dos projetos.

Baseado nisso, diferente de uma metodologia de avaliação de projetos sociais e seus resultados – na qual teríamos que perguntar qual o lugar que as crianças ocupam nestes projetos -, aqui o objetivo é a construção de uma abordagem metodológica que busque compreender qual o lugar que os projetos sociais esportivos ocupam na vida das crianças e adolescentes que os freqüentam.

Assim, é preciso localizar na vida das crianças e adolescentes a importância destes espaços e vivências em diálogo com outras variáveis, como suas trajetórias de vida, as demais relações sociais, suas condições de vida. Para orientar uma investigação nesta perspectiva e tentar escapar dos buscamos entender qual sentido a participação nos projetos esportivos possui nas trajetórias e projetos de vida das crianças e adolescentes.

Não se trata de nivelar os atores sociais e a repercussão de seus atos, mas de perceber e analisar, como já dissemos, que as crianças e adolescentes, ao estabelecerem sentidos próprios às políticas a elas dirigidas, participam da definição do sentido e dos resultados que terá determinada política.

Referências

- ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.
- BEGHIN, Nathalie. A filantropia empresarial: nem caridade, nem direito. São Paulo: Cortez, 2005.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Educação como Cultura. Campinas: Mercado das Letras, 2002.
- CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CASTEL, Robert. Classes sociais, desigualdades sociais, exclusão social. In: BALSÀ, Casemiro et al. (Orgs). Conceitos e dimensões da pobreza e da exclusão social: uma abordagem transnacional. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.
- CASTEL, Robert. Desigualdade e a questão social. São Paulo: Educ, 1997.
- CASTELLS, Manuel. A questão urbana. São Paulo: Paz e Terra, 1983.
- DEMO, Pedro. Charme da exclusão social. Campinas: Autores Associados, 1998.
- DÓRIA, Carlos; TUBINO, Manoel J. C. Avaliação da busca cidadania pelo Projeto Olímpico da Mangueira. In: Ensaio: avaliação de políticas públicas. Educ. Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 77-90, jan/mar de 2006.
- FONSECA, Claudia. Dando voz ao método: a pesquisa entre subproletários no Brasil e na França. In: ORO, Ari Pedro e TEIXEIRA, Sérgio Alves. (Orgs) Brasil e França: ensaios de antropologia social. Porto Alegre: Ed. Univerdidade/UFRGS, 1992.
- FONSECA, Claudia. O abandono da razão: a descolonização dos discursos sobre a infância e a família. In: SOUZA, Edson. (Org) Psicanálise e colonização: leituras do sistema social no Brasil. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999a.
- FONSECA, Claudia. Quando cada caso não é um caso – pesquisa etnográfica e educação. In: Revista Brasileira de Educação. n 10, p. 58 – 78, jan-abr, 1999b.
- FONSECA, Claudia. Família, fofoca e honra: etnografia das relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: Ed. Univerdidade/UFRGS, 2000.
- FONSECA, Claudia. Antropologia e cidadania em múltiplos planos . In: Humanas. IFCH/UFRGS. Porto Alegre, v26/27, n 1/2, p. 17 – 45, 2004/2005.
- FONSECA, Claudia. Classe e recusa etnográfica. In: BRITES, Jurema e FONSECA, Claudia. (Orgas) Etnografias da participação. Santa Cruz: EDUNISC, 2006.
- FREITAS, Marcos C. Introdução: observatório da infância e da juventude. In: FREITAS, Marcos C. (Org) Desigualdade social e diversidade cultural na infância e na juventude. São Paulo: CORTEZ EDITORA, 2006.
- GRACIANI, Maria Stela S. Pedagogia Social de Rua. São Paulo: Cortez, 1997.
- GREGORI, Maria Filomena. Viração: experiências de meninos nas ruas. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- MARTINS, José de S. A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Vozes, 1993.
- MARTINS, José de S. (Org) O massacre dos inocentes: a crianças sem infância no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1993.
- MONTAÑO, Carlos. Terceiro Setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

- PASTORINI, Alejandra. A categoria “questão social” em debate. São Paulo: Cortez, 2004.
- PEREIRA, André R. Criança x menor: a origem de dois mitos na política social brasileira. In: ROLLEMBERG, D. (org). Que história é essa? Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.
- RIZZINI, Irene et al. Políticas sociais em transformação: crianças e adolescentes na era dos direitos. In: Revista Educar. Curitiba, n. 15, pp125-142, 1999.
- ROSEMBERG, Fúlvia. Criança pequena e desigualdade social no Brasil. In: FREITAS, Marcos C. (Org) Desigualdade social e diversidade cultural na infância e na juventude. São Paulo: Cortez Editora, 2006.
- ROSEMBERG, Fúlvia. Crianças e adolescentes em situação de rua do discurso à realidade. In: REIS, Elis. Pluralismo, espaço social e pesquisa. São Paulo: Hucitec-ANPOCS, 1995.
- SILVA, Maurício R. da. Trama doce-amarga: (exploração do) trabalho infantil e cultura lúdica. São Paulo: Hucitec, 2003.
- SOARES, Luiz Eduardo. Invisibilidades. In: ATHAYDE, Celso et al. Cabeça de Porco. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005
- THOMASSIM, Luís E. C. Os sentidos da exclusão social na bibliografia da Educação Física brasileira. In: Movimento. ESEF/UFRGS. Porto Alegre. v. 10, n. 2, p. 105-122, jan/abr de 2007a.
- THOMASSIM, Luís E. C. Imagens da participação das crianças da periferia em projetos sociais esportivos. In: STIGGER, Marco Paulo et al. Esporte na Cidade: estudos etnográficos sobre sociabilidades esportivas em espaços urbanos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007b (no prelo).
- ZALUAR, Alba. A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- ZALUAR, Alba. Cidadãos não vão ao paraíso. São Paulo: Editora Escuta; Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

Luís Eduardo Cunha Thomassim,
Doutorando, PPGCMH/UFRGS, Bolsista CAPES
Fernando Jaime González,
Professor UNIJUÍ, Doutorando, PPGCMH/UFRGS, Bolsista CNPQ
Maitê Venuto de Freitas,
Graduanda em Educação Física, ESEF/UFRGS, Bolsista BIC/UFRGS

Endereço: Rua José Madrid, 506 – Porto Alegre/RS CEP 91430-140
luiseduthom@gmail.com